



**RTEP** REVISTA ISSN: 2316-1493  
**TURISMO**  
ESTUDOS & PRÁTICAS

Artigo/Article

**MONITORAMENTO PARTICIPATIVO DO TURISMO DE BASE  
COMUNITÁRIA NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE  
GUAPI-MIRIM (RJ)**

*PARTICIPATORY MONITORING OF COMMUNITY-BASED TOURISM IN THE GUAPI-MIRIM  
PROTECTED AREA (RJ)*

Eloise Silveira Botelho<sup>1</sup>  
Andressa dos Santos Dutra<sup>2</sup>  
Marília Luísa de Oliveira<sup>3</sup>  
Douglas Cardoso Martins<sup>4</sup>

**RESUMO:** A Rede Nós da Guanabara é composta por residentes locais e comunidades tradicionais situadas na Área de Proteção Ambiental (APA) Guapi-Mirim, no recôncavo da Baía de Guanabara, região metropolitana do Rio de Janeiro, e que oferece atividades e serviços de apoio à visitação segundo os princípios do Turismo de Base Comunitária (TBC). No entanto, as comunidades convivem em um contexto de contradições relacionado aos esforços de conservação de manguezais e problemas socioambientais, como ausência de saneamento básico e distribuição de renda. Fomentar o TBC associado a práticas de educação ambiental crítica e transformadora é importante para a mobilização social para enfrentamento dessa realidade. Mas

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Departamento de Turismo e Patrimônio e do Programa de Pós-graduação em Ecoturismo e Conservação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ORCID: 0000-0002-9372-0458. E-mail: eloise.botelho@unirio.br

<sup>2</sup> Bolsista de Pós-graduação do projeto "Avaliação e fortalecimento comunitário em manguezais de três unidades de conservação na Baía de Guanabara (RJ): resiliência, conservação e adaptação a mudanças ambientais (Projeto Guanamangue)". Tecnóloga em Gestão ambiental e Mestranda em Ecoturismo e Conservação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. ORCID: 0000-0003-0274-8445. E-mail: andressadutra3.ad@gmail.com

<sup>3</sup> Bolsista de Pós-graduação do projeto "Avaliação e fortalecimento comunitário em manguezais de três unidades de conservação na Baía de Guanabara (RJ): resiliência, conservação e adaptação a mudanças ambientais (Projeto Guanamangue)". Ecóloga e Mestranda em Ecoturismo e Conservação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. ORCID: 0000-0001-7397-4146. E-mail: marilia.oliveira@edu.unirio.br

<sup>4</sup> Bolsista de Iniciação Científica do projeto "Avaliação e fortalecimento comunitário em manguezais de três unidades de conservação na Baía de Guanabara (RJ): resiliência, conservação e adaptação a mudanças ambientais (Projeto Guanamangue)". Bacharel em Turismo pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. ORCID: 0009-0007-5198-6980. E-mail: dougcardosom@gmail.com.



é fundamental o contínuo monitoramento, para avaliar e definir estratégias em políticas públicas socioambientais no contexto de unidades de conservação (UC). Nesse sentido, este trabalho analisa os resultados do monitoramento do TBC na perspectiva da experiência do visitante e das iniciativas que realizam passeios, a partir de metodologia com construção participativa. Para tanto, foi realizada pesquisa exploratória, com análise bibliográfica sobre TBC em UC e monitoramento, oficinas para definição de indicadores, ferramentas e instrumentos de coleta de dados; coleta de dados por doze meses; análise, divulgação e debate dos resultados em encontros presenciais. Desse modo, observa-se que o perfil do visitante é em sua maioria regional, voltado para o turismo pedagógico, que avalia os serviços como excelente e a experiência como “incrível”, embora tenham expectativa de conhecer mais sobre as práticas culturais locais. Os condutores de barco e caiaque avaliam que a qualidade da água não teve alterações durante o período analisado, mas há necessidade de investimentos em equipamentos e infraestrutura. Notou-se o engajamento da comunidade em relação ao monitoramento participativo, mesmo no contexto da pandemia. Mas ainda são necessários investimentos para o fortalecimento do TBC no contexto da Baía de Guanabara. **Palavras-chave:** Turismo de base comunitária; área de proteção ambiental; visitação; monitoramento.

**ABSTRACT:** The "Rede Nós da Guanabara" is composed of local residents and traditional communities living at the Guapi-Mirim Environmental Protection Area (APA), in the concave of Guanabara Bay, in the metropolitan region of Rio de Janeiro. It offers activities and support services for visitors based on the principles of Community-Based Tourism (CBT). However, these communities live in a context of contradictions related to efforts to conserve mangroves and socio-environmental problems, such as the lack of basic sanitation and income distribution. Promoting CBT associated with critical and transformative environmental education practices is essential for social mobilization to face this reality. It is also crucial to ensure continuous monitoring to assess and define strategies for socio-environmental public policies in the context of protected areas. In this sense, this paper analyzes the results of CBT monitoring from the perspective of visitor experiences and the initiatives that offer tours, based on participatory construction. An exploratory study was conducted, including a bibliographic analysis of CBT in UC and monitoring, workshops to define indicators, tools, and data collection instruments, twelve months of data collection, analysis, dissemination, and debate of results in face-to-face meetings. Thus, it is observed that the visitor profile is mostly regional, focused on educational tourism, evaluating services as excellent and the experience as "incredible," although they expect to learn more about local cultural practices. Boat and kayak guides report that water quality did not change during the analyzed period, but there is a need for investments in equipment and infrastructure. Community engagement in participatory monitoring was noted, even in the context of the pandemic. However, further investments are needed to strengthen CBT in the context of Guanabara Bay. **Keywords:** Community-based tourism; environmental protection area; visitation; monitoring.

## INTRODUÇÃO

As formas diversificadas de organização social em torno do turismo protagonizadas por povos tradicionais e populações locais têm como características a participação social nos processos decisórios no desenho de serviços e atividades, os quais evidenciam na experiência turística a diversidade cultural, socioeconômica e o vínculo com o território, distinguindo do modelo hegemônico de turismo. No campo acadêmico e, também, na leitura de algumas iniciativas, essas formas de organização são denominadas “turismo de base comunitária” ou “turismo comunitário” (TBC), dentre



outros (Botelho, Dutra & Raimundo, 2021; Bursztyn, Bartholo, 2009; Moraes et al., 2024). Essas iniciativas têm sido estudadas por diversos pesquisadores, em todo mundo, buscando descrever e compreender as formas de organização, governança, relação com áreas protegidas, benefícios socioeconômicos e ações na defesa e proteção de territórios ancestrais e desafios em relação à gestão dos empreendimentos, ao acesso a serviços públicos e infraestrutura básica e à comercialização (Mtapuri & Giampiccoli, 2016; Dangi & Petrick, 2021; Mtapuri, 2022; Wani et al., 2023; Maldonado et. al., 2020; Bursztyn & Bartholo, 2012; Naser & Haratifard, 2020).

No contexto brasileiro, as iniciativas de TBC desenvolvem ações para o estabelecimento do turismo em seus territórios, guiadas por princípios que buscam valorizar a cultura, colaborar na conservação da biodiversidade e contribuir para o desenvolvimento local na perspectiva da sustentabilidade, gerando benefícios em diferentes dimensões - socioeconômicas, ambientais, histórico-culturais e políticas (Bursztyn & Bartholo; 2009). É preciso destacar que frequentemente as iniciativas de TBC encontram-se no território onde foram estabelecidas unidades de conservação (UC), seja de proteção integral ou uso sustentável, conforme apontam estudos e relatórios (Bursztyn & Sansolo, 2010; Botelho & Rodrigues, 2016; ICMBio, 2019; Instituto Linha D'água, 2018; Prioste, 2023; Moraes et al., 2024).

Diante desse cenário e, a partir do argumento de que a visitação e o turismo são importantes ferramentas de conservação da natureza e considerados como estratégicos na proteção das unidades de conservação (ICMBio, 2018; Leung et. al., 2018), contribuindo para a dinamização da economia nos territórios (Souza & Simões, 2019), entende-se que é fundamental monitorar os efeitos no território e a experiência do visitante das atividades promovidas pelas iniciativas de TBC. Nesse sentido, pergunta-se: como monitorar a experiência da visitação em UC, considerando a característica de participação social do TBC?

Este trabalho aborda sobre o monitoramento participativo do TBC em UC. Especificamente, apresenta resultados de uma ação de pesquisa e extensão, apoiada pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO<sup>5</sup>, que desenvolveu metodologia para monitorar, de forma participativa, a visitação promovida por iniciativas de TBC que ocorrem na Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim (APA Guapi-Mirim), situada no estado do Rio de Janeiro.

Criada pelo Decreto 90.225 de 25 de setembro de 1984, a APA Guapi-Mirim tem como objetivo proteger os remanescentes de manguezais situados no recôncavo da Baía de Guanabara e assegurar a permanência e sobrevivência de populações humanas que mantêm uma relação estreita com o ambiente, vivendo dos seus recursos naturais e mantendo ainda características tradicionais no convívio com a natureza. A UC é administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, e realizada a gestão de forma compartilhada à Estação Ecológica da Guanabara (ESEC Guanabara) (ICMBio, 2004). As primeiras iniciativas de TBC surgiram na década de 2010, com a Cooperativa Manguezal Fluminense e, atualmente, outras iniciativas como a Cooperativa Manguezais da Guanabara e a Associação de Catadores de Caranguejo de Magé - ACCAM também atendem a visitantes.

<sup>5</sup> O projeto "Avaliação e fortalecimento comunitário em manguezais de três unidades de conservação na Baía de Guanabara (RJ): resiliência, conservação e adaptação a mudanças ambientais (Projeto Guanamangue)" foi realizado entre maio de 2021 a maio de 2023, tendo como responsável administrativo o Instituto Ondazul.



Considerando o exposto, entende-se que o monitoramento participativo da visitação pode subsidiar a tomada de decisão sobre estratégias de desenvolvimento local e direcionar políticas públicas para apoiar as iniciativas de TBC em áreas protegidas. Monitorar a visitação na APA de Guapi-Mirim requer considerar a avaliação dos visitantes e as ações de residentes locais e comunidades tradicionais para a conservação do manguezal e práticas culturais associadas.

Assim, este trabalho tem por objetivo analisar os resultados do monitoramento do TBC na perspectiva da experiência do visitante e das iniciativas que realizam passeios embarcados na APA Guapi-Mirim, a partir da construção participativa. Para tanto, é realizada revisão bibliográfica sobre TBC em UC e monitoramento, bem como é realizada breve descrição sobre o contexto socioeconômico e ambiental da APA Guapi-mirim. Em seguida, é apresentada a metodologia desenvolvida no estudo e os resultados com o monitoramento participativo, com foco no perfil e na experiência do visitante nas atividades passeio de barco e caiaque realizadas na UC e conduzidas por membros da Cooperativa Manguezal Fluminense e Cooperativa Manguezais da Guanabara.

## **PRINCÍPIOS E DESAFIOS DAS INICIATIVAS DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

O turismo planejado a partir de uma lógica em que o patrimônio natural e cultural é convertido em mercadorias para exploração comercial com objetivo de lucro, em geral, tende a impor que residentes locais e comunidades tradicionais em coadjuvantes, sendo reduzidas a atrativos e/ou atrações turísticas (Silva, Matta & Coimbra de Sá, 2016).

Nos últimos anos, tem se intensificado o debate em torno da mercadorização e captura de recursos e patrimônios por grandes corporações de agenciamento, transportes aéreo e marítimo e redes hoteleiras, associando esse modelo a diversos impactos sociais e ambientais (Silva, Matta & Coimbra Sá, 2016). Esse modelo tem sido, muitas vezes, facilitado pelo Estado para reproduzir o modo de reprodução capitalista, expandindo o capital a territórios com paisagens suscetíveis a serem exploradas, a partir de processos de acumulação e especulação (Canãda, 2016).

Em resposta a essa lógica, que tende a ser excludente socialmente e ambientalmente insustentável, residentes locais e comunidades tradicionais vêm buscando formas de organização social para enfrentamento ao turismo predatório de seus territórios e, buscando implementar, por meio da participação social, o turismo desde uma perspectiva do uso responsável dos recursos, da valorização do patrimônio natural e local e da inclusão social (Fabrino, 2013). Silva, Matta e Coimbra de Sá (2016), complementam essa ideia ao ressaltarem que segundo os princípios do TBC, a organização social tem enfoque nas economias populares e solidárias e sustentadas no comunitarismo.

Iniciativas de TBC na América Latina, tais como Costa Rica, Equador, Colômbia, Chile e Brasil, vêm demonstrando a participação social em todo o processo de planejamento, na gestão, controle e monitoramento do turismo e a organização em rede (Maldonado-Erazo et al., 2020). Segundo Maldonado (2020), as iniciativas de TBC estudadas por ele, no contexto latino-americano, demonstram que a organização social para o TBC é um enfrentamento aos processos excludentes nas dimensões política, social e econômica, aliado a práticas econômicas e culturais tradicionais (agricultura,



caça, pesca, extrativismo florestal), que são a base para provisão de alimentos e formas de vida.

As múltiplas definições do TBC desafiam o campo acadêmico a espelhar as diferentes realidades, o que exige um esforço de síntese (Bursztyn & Bartholo, 2012; Botelho, 2018). Porém, é possível delinear princípios que guiam uma diversificada gama de iniciativas: protagonismo e autogestão no planejamento e implementação da atividade; respeito aos ciclos ecológicos; diversidade nas formas de organização; geração e distribuição justa de benefícios diretamente para as comunidades; afirmação cultural e intercâmbio cultural; economias solidárias e populares, incentivando o cooperativismo; e atuação em rede de micro e pequenos empreendimentos (Sansolo & Bursztyn, 2009; Irving, 2009; Botelho, 2018; Schumacher & Rodrigues, 2020). As práticas guiadas pelos princípios do TBC podem ser interpretadas como alternativa ao turismo hegemônico, o que implica compreender as relações de poder no território, aprendizagem coletiva, planejamento participativo e democrático, inclusão social, desenvolvimento local e endógeno, solidariedade, cooperação, pertencimento, dentre outros processos que são pertinentes na resolução dos problemas sociais coletivos (Lima, 2011). Os princípios do TBC não são apenas uma atividade produtiva, existe um papel fundamental da ética e da cooperação nas relações sociais (Sampaio, 2005). Nele, cada residente local tem o poder de colaborar e definir rumos do turismo, possibilitando o desenvolvimento de práticas mais justas e sustentáveis (Bartholo et. al, 2009).

Considerando estes princípios, as iniciativas de TBC estão frequentemente associadas à conservação da biodiversidade devido ao uso sustentável dos recursos e à integração dos modos de vida com as áreas naturais. Também, é importante reconhecer que, historicamente, esses povos e comunidades vêm sendo excluídos do processo, ao mesmo tempo em que criam estratégias de resistência social e cultural para garantir direitos e manutenção em seus territórios (Diegues, 2013). Oferecer atividades e serviços para apoiar o turismo em áreas protegidas tem sido uma ferramenta para alcançar estes objetivos.

Em contraponto à lógica capitalista neoliberal e conectada à exploração da natureza, o TBC se apresenta como uma alternativa que pode ser construída a partir de uma ótica comunitária, porém ainda dentro de uma sociedade capitalista. Nessa direção, é necessário estar atento à forma como o TBC é implementado e executado, para que seja possível pensar formas de fugir de uma reprodução capitalista e contribuir para que o TBC seja uma ferramenta aliada na promoção da justiça racial, social, de gênero e ecológica (Higgins-Desbiolles, 2020). Essa discussão é necessária, pois o objetivo não é reproduzir um modelo de turismo convencional na prática e ser TBC somente em nome. O posicionamento é aliar a crítica do turismo convencional à crítica de construção/instalação/fortalecimento do TBC nos territórios.

Ao pensar o TBC como uma possibilidade real de construção comunitária direcionada ao Bem-Viver (Acosta, 2016), espera-se que visitantes e visitados estejam mais disponíveis para dialogar e compartilhar os aspectos culturais e estabelecer interlocuções com o lugar e comunidades (Zaoual, 2006). Sendo assim, todas as definições apresentadas até o momento expressam que a comunidade é a protagonista de todo o processo de gestão do TBC, significando então que a operação do turismo é *de base comunitária*. Tomando como base esse princípio, as comunidades se apoderam e empoderam do turismo e desfrutam de todos os seus benefícios, e fazem a gestão dos ônus do processo buscando suas próprias soluções.



Nos países em que há luta contra a vulnerabilidade e precariedade das indústrias, ou a exploração de recursos naturais, ou até mesmo mercados com preços desfavoráveis por conta da flutuação dos acordos comerciais e dos desastres naturais, estes encontram no turismo uma possível forma de resistência frente ao modelo econômico hegemônico (Corbari, Azevedo & Sampaio, 2021). Sendo assim, a partir do entendimento do TBC como ferramenta baseada no encontro capaz de promover o fortalecimento comunitário (Irving & Mendonça, 2004), entende-se que o mesmo associado a práticas de Educação Ambiental de Base Comunitária (Camargo, 2017; Silva, 2016; Sanchez; Salgado & Oliveira, 2020), pode ser compreendido como uma estratégia de organização social para enfrentamento da desigualdade socioambiental e às dinâmicas do racismo ambiental.

Porém, é importante ressaltar que o TBC não se mostra somente como o condutor para a superação de conflitos, ele apresenta desafios. O turismo é uma prática e um fenômeno complexos, e envolve um conjunto de serviços e atividades, bem como sujeitos sociais, tais como iniciativa privada, Estado e organizações não-governamentais (ONGs). Sendo assim, a organização de uma comunidade para o turismo requer o estabelecimento de uma aliança entre interesses econômicos locais e não locais, além disso, o fator tempo também representa um dos grandes desafios, assumindo que o tempo das comunidades decoloniais é diferente do tempo das comunidades hegemônicas. Para romper muitos dos desafios colocados, o apoio externo é fundamental no desenvolvimento TBC, pois mesmo em comunidades organizadas, estes processos apoiam-se em projetos de universidades, ONGs e órgãos ambientais. Se a tentativa é ir contra esse modelo de negócio convencional e excludente promovido pelo turismo hegemônico (Silva, Matta & Coimbra de Sá, 2016), propor um turismo segundo princípios do TBC não é suficiente se esse processo não estiver acompanhado de uma perspectiva da educação ambiental crítica, contextualizada a realidade local e emancipatória (Quintas, 2004; Sanchez, Salgado & Oliveira, 2020) de transformação social da vida imposta pelas injustiças ambientais (Jesus, 2020) e omissão do Estado.

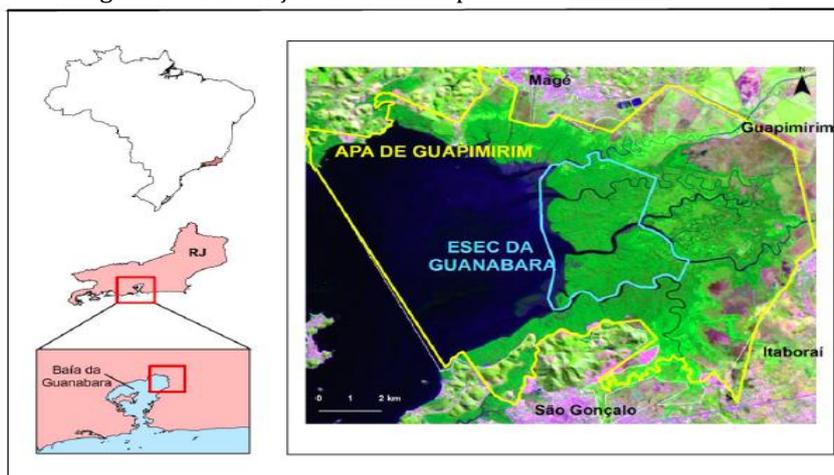
O fato de o turismo ser pensado e articulado pelas e para as comunidades é positivo, pois decidir sobre como, quando, onde e com quem ele se desenvolve é respeitar a autonomia dos povos tradicionais e das comunidades enraizadas nos territórios, prerrogativa indispensável para o aquilombamento, para o enfrentamento contra-hegemônico dos modos insustentáveis de reprodução da vida. Mas o planejamento do turismo pode, invariavelmente, introduzir a lógica de mercado, sobretudo em territórios tradicionais. O risco é um limite tênue entre reproduzir o mercado e produzir contra-hegemonia, ou contracolonizar.

Destaca-se que o TBC por si só não será capaz de superar os desafios e as negações impostas pela lógica hegemônica. Com o intuito de pensar esse enfrentamento, é necessário fincar raízes na Educação Ambiental por meio de um viés crítico, transformador e emancipatório. A partir da percepção do TBC como ferramenta baseada no encontro capaz de promover o fortalecimento comunitário, entende-se que ele, associado a práticas de Educação Ambiental de Base Comunitária, pode ser compreendido como uma estratégia de organização social, com o fim de enfrentar a desigualdade socioambiental e as dinâmicas do racismo ambiental.

## ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DE GUAPI-MIRIM: CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E DAS INICIATIVAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Criada pelo Decreto 90.225/1984 e situada na região metropolitana do Rio de Janeiro, a Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim abrange parte dos municípios de Magé, Guapimirim, Itaboraí e São Gonçalo, no Recôncavo da Guanabara (ICMBio, 2004), conforme Figura 1.

Figura 1. Localização da APA Guapi-mirim e ESEC Guanabara.



Fonte: Fukuda et al. (2019)

Com uma área de aproximadamente 138,25 km<sup>2</sup>, destaca-se como um dos últimos remanescentes de manguezal contínuo de médio porte na região, tendo como objetivo a proteção dos ecossistemas costeiros e a conservação da biodiversidade local. A APA engloba manguezais, restingas e áreas de transição, desempenhando importantes serviços ecossistêmicos, como a proteção da costa contra a erosão, a filtragem de poluentes e a provisão de habitat para diversas espécies da fauna e da flora, em um contexto de intenso processo de urbanização característico da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (ICMBio, 2004; Fukuda; Santana, 2015).

Sua importância em biodiversidade está por serem berçários naturais para diversas espécies marinhas e estuarinas, além de contribuírem para a manutenção da qualidade da água da Baía de Guanabara. A UC também abriga espécies da fauna ameaçadas de extinção, como a biguatinga (*Anhinga anhinga*) e o jacaré-do-papo-amarelo (*Caiman latirostris*). Algumas das espécies são importante fonte de subsistência de pescadores e pescadoras, como o caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) (Amador, 1997).

Mas os manguezais estão frequentemente pressionados pelos usos diretos dos recursos naturais e dos efeitos advindos da ação de grupos sociais que desconsideram a importância socioeconômica e ambiental. A gestão da APA Guapi-Mirim, enfrenta diversos problemas ambientais que desafiam as ações de conservação, como poluição devido à proximidade de indústrias e a ausência de saneamento básico nos municípios que abrangem a UC (ICMBio, 2004; Amador, 1997).

Em relação aos aspectos da gestão, a APA de Guapi-Mirim possui como instrumentos Plano de Manejo e Conselho Gestor. Como em outras UCs, a participação de residentes locais e comunidades tradicionais é fundamental para a garantia de



direitos sociais associados à conversação, considerando que muitos dependem dos recursos naturais da APA para sua subsistência (ICMBio, 2011).

Cabe contextualizar que o TBC é desenvolvido há mais de 15 anos na APA Guapi-Mirim, tendo iniciado a partir do projeto “Elaboração do Circuito de Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável da APA GUAPIMIRIM”, gerenciado pela ONG INNATUS e com apoio do Ministério do Meio Ambiente. A partir deste projeto, foi formada a Cooperativa Manguezal Fluminense que, desde 2008 oferece visitas para estudantes, pesquisadores e turistas (Julião, 2008). Em 2018, o ICMBio conduziu o projeto “Fortalecimento do turismo de base comunitária na APA Guapi-Mirim”, que teve participação, dentre outras instituições, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que foram por meio do projeto de extensão “Educação Ambiental e Turismo de Base Comunitária na APA Guapi-Mirim”, com oferta de cursos e apoio na construção metodológica. Foram realizados cursos de formação complementar em TBC, condução de visitantes, comercialização e design de artesanatos, meios de hospedagem domiciliar, roteirização, administração e finanças; além de visitas técnicas e intercâmbios com outras iniciativas. Como resultado, foi formada a Cooperativa Manguezais da Guanabara que, em conjunto com a Cooperativa Manguezal Fluminense, Associação Quilombo do Feital, Associação Luthando pela Vida e Associação de Caranguejeiros e Amigos dos Mangues de Magé (ACAMM), e demais instituições e pessoas locais, formam a Rede Nós da Guanabara (Fukuda; Santana, 2015; Fukuda et al., 2019). Os serviços oferecidos são passeios de barco e de caiaque, além de visita guiada e interpretativa, comercialização de produtos associados ao turismo (artesanato e alimentação).

É importante ressaltar que, com a finalização do projeto coordenado pelo ICMBio em 2019, havia expectativa de início das atividades organizadas por meio da Rede Nós da Guanabara em 2020. No entanto, entre 2020 e 2022, as iniciativas de TBC que integram a Rede no contexto da APA Guapi-Mirim sofreram com as consequências da pandemia da Covid-19. Como em outros destinos do estado do Rio de Janeiro, em razão da forma como foi tratada pelos governantes e moroso início do processo de vacinação da população, o tempo para a retomada das atividades e serviços trouxe consequências socioeconômicas graves, sobretudo para os mais vulnerabilizados considerando a capacidade de investimento dos empreendimentos (Costa et al., 2021).

Com a ampliação da vacinação, houve a retomada das atividades em 2022. Desde então, a Rede vem se fortalecendo para desenvolver o TBC no território, com base na atuação colaborativa entre os membros e com apoiadores, tais como o ICMBio, a UNIRIO, a UFRRJ e outros atores, que se somam para captar recursos por meio de projetos que possam financiar ações, tais como melhorias nos empreendimentos, cursos de formação em TBC, ações de educação ambiental e de restauração do manguezal. Considerando as ações do ICMBio para o fortalecimento do TBC na APA Guapi-Mirim e de universidades, por meio de projetos de extensão, é fundamental verificar os efeitos da visitação, por meio de ações de monitoramento participativo.

## **BASES PARA A CONSTRUÇÃO METODOLÓGICA DO MONITORAMENTO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

O monitoramento constitui uma importante ferramenta de acompanhamento e avaliação de políticas públicas por meio de indicadores, gerando dados que podem



apoiar a tomada de decisões, em busca de melhoria contínua de processos e resultados e é aplicado em diferentes frentes.

No que se refere ao monitoramento da conservação, acompanha o uso dos recursos, avalia a efetividade das estratégias adotadas para conservação e embasa o estabelecimento de prioridades da sociedade e Estado, contribuindo para cadeias produtivas mais sustentáveis (ICMBio, 2019).

Já monitorar a visitação em UC é fundamental para comunicar à sociedade os resultados da gestão e os benefícios sociais e econômicos gerados. Além disso, coloca em debate público o papel do setor de turismo e do lazer nos espaços públicos e sua associação com a conservação. Os dados gerados a partir do monitoramento são insumos para aprimorar a gestão da visitação por meio do planejamento em diferentes níveis (operacional, tático e estratégico). Por exemplo, pode associar o uso intensivo de uma trilha a um impacto ambiental; identificar sazonalidades que demandarão a alocação de recursos humanos ou regulamento de uso; apontar demandas dos visitantes e prever tendências de mercado (Garda et al., 2020).

No que se refere a impactos da visitação, as referências mais atuais indicam que o monitoramento por meio de indicadores constitui a principal estratégia para gerenciar a visitação e os impactos decorrentes. Esse processo inclui o sistemático monitoramento da qualidade da visita e do ambiente natural e cultural, por meio de indicadores e da implementação de ações de manejo (ICMBio, 2019).

Os impactos da visitação em UC podem ser na fauna, na vegetação, na água, no solo e sociais. O monitoramento contínuo das condições biofísicas (como flora, fauna, clima) e sociais (como uso da terra, presença humana, atividades econômicas) é essencial para esse processo. Nesse sentido, é fundamental a criação de um sistema de monitoramento, de forma contínua e sistemática, por meio de indicadores capazes de avaliar os impactos e a qualidade da experiência da visitação. Os dados obtidos com o monitoramento contribuem para verificar se os objetivos de manejo e o zoneamento da UC estão sendo atingidos (SMA, 2010).

O monitoramento desempenha um papel crucial nesse processo, pois oferece informações valiosas que ajudam os gestores a avaliar se as ações implementadas estão alcançando os objetivos estabelecidos para a conservação e a qualidade da experiência da visitação. Monitorar consiste em coletar dados de forma contínua e sistemática, permitindo uma análise precisa do estado dos recursos e da qualidade das experiências oferecidas.

As estratégias de monitoramento envolvem a definição de indicadores adequados, relevantes e viáveis em termos de custo e diretamente relacionados à realidade local. Além disso, é preciso ter condições para coleta contínua e sistemática de dados, para que se possa construir uma linha de base e, portanto, avaliar as alterações ao longo do tempo. Outra estratégia fundamental é saber interpretar os dados e utilizados para a tomada de decisão na gestão da visitação (IVUMC, 2019).

O monitoramento que prevê a participação social no campo do TBC em UC ainda é pouco explorado, o que impõe a necessidade de adaptação e reformulação de instrumentos, estratégias para coleta e análise dos dados.

Isso é ainda mais desafiador se considerarmos a complexidade do fenômeno do turismo associado à conservação da biodiversidade, uma vez que, dependendo da forma como é organizado no território, pode contribuir para o uso sustentável e valorização do patrimônio natural em associação aos diversos saberes e práticas de povos tradicionais



e populações locais, ou pode tornar-se um risco para o patrimônio cultural e a biodiversidade (Cañada, 2016).

O monitoramento participativo responde à necessidade de integração da resolução de problemas e conservação ambiental, pois propõe estratégias de envolvimento da sociedade da qual fazem parte diversos atores (voluntários, estagiários, monitores, bolsistas, pesquisadores) e instituições governamentais e ONGs. Essa modelagem de monitoramento enfatiza a participação ativa das comunidades em todo o processo (automonitoramento), seja no registro das informações previamente solicitadas, ou na análise e na interpretação dos dados. O objetivo é promover uma maior aproximação entre geração de informação e gestão dos recursos pelos próprios usuários, nas unidades de conservação. Neste sentido, o monitoramento participativo pode ser uma ferramenta para identificar, qualificar, valorizar e agregar o conhecimento tradicional ou local para a gestão territorial e acompanhar os efeitos do turismo junto com os atores sociais locais (Ipê, 2019).

Sendo assim, é fundamental adequar o processo de monitoramento à realidade local, ao fluxo de visitantes e ao desenho dos serviços turísticos, considerando sua complexidade e a capacidade de tomada de decisão dos sujeitos envolvidos (IVUMC, 2019).

Na perspectiva da presente pesquisa, que está relacionado ao monitoramento de práticas segundo princípios do TBC em UC, ferramentas convencionais não atendem a essa demanda. Nesse caso, não importa somente a demanda turística, mas também as relações sociais, e por isso a participação social é um elemento determinante para a escolha e construção de ferramentas e instrumentos de monitoramento.

Considerando o exposto, monitorar práticas segundo princípios do TBC na APA Guapi-Mirim tem como propósito apoiar a gestão da visitação, tanto para a Rede Nós da Guanabara, quanto para o ICMBio, pensando na parceria ali existente. O estabelecimento de uma linha de base servirá para avaliar a experiência da visitação e aspectos relacionados ao serviço, considerando as especificidades do ecossistema de manguezal. Entendendo que o monitoramento da visitação é uma ferramenta de apoio à gestão da UC, e tem a finalidade de “controlar as alterações nos recursos naturais e culturais produzidas pelas atividades de visitação” (ICMBio, 2019, p. 12). Tendo como premissa a participação social no processo de monitoramento do TBC, verifica-se que não se trata, apenas, de estabelecer um número “ideal” de visitantes, mas sim que efeitos a visitação traz sobre o local e para o visitante. Por isso, é fundamental que a comunidade participe dos processos de definição do monitoramento para que possa protagonizar o planejamento do seu lugar, que também é um destino turístico, sendo este um aspecto elementar para a conservação da biosociodiversidade (Seabra, 2003).

Assim, o monitoramento de práticas segundo princípios do TBC constitui ferramenta para identificar, qualificar, valorizar e agregar o conhecimento tradicional e local para a gestão territorial e acompanhar os efeitos do turismo, com participação social em todo o processo. Essa iniciativa inédita de pesquisa sistemática na APA Guapi-Mirim, contribuiu, ao longo de um ano, com a geração de dados, sendo fundamental para apoiar na tomada de decisão, tanto na perspectiva da gestão do uso público e de conservação da UC quanto da organização da Rede Nós da Guanabara.



## ASPECTOS METODOLÓGICOS DA CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DO MONITORAMENTO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA APA GUAPI-MIRIM

Embora a visita guiada pelos princípios do TBC na APA Guapi-Mirim tenha se iniciado há mais de 15 anos, até o momento, não se havia realizado uma pesquisa sistemática, ao longo de um ano, que buscasse avaliar a experiência do visitante, desde a perspectiva do usuário e do prestador de serviço. A geração destes dados é fundamental para apoiar na tomada de decisão sobre a gestão do uso público e de práticas de conservação da unidade de conservação e, também, da Rede Nós da Guanabara.

A pesquisa foi realizada no âmbito do projeto “Avaliação e fortalecimento comunitário em manguezais de três unidades de conservação na Baía de Guanabara (RJ): resiliência, conservação e adaptação a mudanças ambientais (Projeto Guanamangue)”<sup>6</sup> coordenado pelo Instituto Ondazul e com apoio do FUNBIO, e ocorreu entre 2021 e 2023, dividido em cinco eixos. O eixo “Turismo de Base Comunitária” teve como objetivo realizar o monitoramento participativo da visita protagonizada pelas iniciativas de turismo de base comunitária, por meio da definição de técnicas e de instrumentos para coleta de informações e elaboração de relatórios com linha de base e os resultados do monitoramento, a fim de apoiar a tomada de decisão no que se refere à conservação dos manguezais, e caracterizou-se como ação de extensão e de pesquisa.

A pesquisa é exploratória, descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa, tendo sido desenvolvida em quatro etapas metodológicas:

(1) Levantamento e análise bibliográfica: pesquisa bibliográfica e documental, tendo como foco a revisão de artigos científicos e literatura cinzenta que abordassem as categorias monitoramento participativo, TBC, UCs. Como resultado dessa etapa, foram identificadas técnicas para definição de alvos do monitoramento, tipos de indicadores de monitoramento da visita e ferramentas adotadas para realização do monitoramento da visita. Também, foram identificados trabalhos relativos ao monitoramento participativo, no entanto, voltado para a biodiversidade. A partir dessa etapa, foi possível construir a metodologia participativa para as oficinas.

(2) Oficinas. As oficinas ocorreram em quatro momentos distintos e tiveram como objetivo a construção do método de monitoramento, tendo como público-alvo os membros da Rede Nós da Guanabara. Nos primeiros encontros, buscou-se a reintegração dos membros por meio do resgate da linha do tempo sobre as atividades de pesquisa e de extensão realizadas entre 2018 e 2020. Também, visou sensibilizar os participantes sobre o monitoramento (o que é), e seus propósitos (por que monitorar). Esses primeiros encontros aconteceram de forma remota, pois a cobertura vacinal contra a Covid-19 ainda não havia sido completa e segura. As oficinas seguintes foram presenciais, e ocorreram na sede do Instituto Luthando pela Vida e na sede da APA, em Magé. Nesses encontros, foram definidos, de forma colaborativa, os alvos do monitoramento (o que monitorar e quais indicadores são relevantes) e as ferramentas

<sup>6</sup> O projeto teve como objetivo central aumentar o conhecimento e a gestão ambiental em relação aos manguezais no contexto de UC da Baía de Guanabara e das populações tradicionais, e foi organizado por cinco eixos, cujas coordenações foram divididas entre analista ambiental do ICMBio e pesquisadores de diferentes universidades, com atuação no campo das Ciências Biológicas e Ciências Humanas Aplicadas. Trata-se de linha de apoio de projeto obtida a partir de medida compensatória estabelecida pelo Termo de Ajustamento de Conduta de responsabilidade da empresa PetroRio, conduzido pelo Ministério Público Federal – MPF/RJ.



de coleta dos dados (como monitorar). Também, houve a oportunidade de revisar e confirmar os conteúdos estruturantes do formulário a ser aplicado, baseados em dois pilares: perfil socioeconômico, características da visita e avaliação dos serviços e da experiência; avaliação dos condutores de visitantes sobre os aspectos ambiental, econômico e cultural sobre a experiência.

Foram elaborados questionários diferentes para os serviços de condução de visitantes embarcado (barco e caiaque) e, também, produtos associados ao turismo (culinária e artesanato) e hospedagem. Entendeu-se que o serviço de condução embarcada seria priorizado no monitoramento, visto que o volume de vendas relativos à culinária, artesanato e hospedagem ainda era pequeno diante da retomada do turismo na região desde o início da vacinação.

Posteriormente, ocorreram outros encontros para validar os indicadores e os protocolos de monitoramento, assim como reafirmar o compromisso para a continuidade da pesquisa.

(3) Coleta de dados. O processo teve duração de um ano e, assim, foi possível formar uma linha de base. A aplicação envolveu visitantes e condutores. Com visitantes, a aplicação se deu de duas formas: direta, logo após os passeios os visitantes eram convidados a responder o questionário com uso de tablet e celulares; e indireta, envio do link do questionário por mensagem de texto no celular de cada respondente. Com os condutores de visitantes, a resposta aos formulários foi realizada com apoio da equipe de pesquisa, logo após cada passeio e analisados posteriormente de forma descritiva e exploratória. Também foram realizadas quatro entrevistas com condutores de barco e de caiaque, com o objetivo de coletar informações complementares relativo ao monitoramento do trabalho de condução e à avaliação dos participantes sobre o processo de monitoramento, com assinatura de Termo de Consentimento Livre e Informado (Vasconcelos, 2002).

(4) Com a finalidade de validar e difundir os resultados, foram realizadas quatro apresentações dos resultados da pesquisa. Primeiramente, foi feita uma apresentação e debate aos membros da Rede Nós da Guanabara participantes do monitoramento de condução embarcada, de forma individual, na sede da APA, em horário agendado. Em seguida, foi realizada uma apresentação para todos os membros, em evento promovido pelo projeto, em Magé. Posteriormente, foram realizadas duas apresentações: para o FUNBIO e parceiros, promovido pelo administrador do projeto; e no evento “MANGUEZAIS - 2º Seminário do Projeto Pesquisa Marinha e Pesqueira”, promovido pelo FUNBIO, com a participação de pesquisadores que coordenaram outros projetos na mesma linha de apoio. Os formulários referentes ao monitoramento da condução embarcada, hospedagem e produtos associados ao turismo ficaram à disposição dos membros da Rede Nós da Guanabara para que pudessem dar continuidade ao monitoramento com o fim do projeto.

Os resultados a serem apresentados neste trabalho dizem respeito à coleta junto ao visitante e aos barqueiros. Os formulários foram aplicados entre fevereiro de 2022 e fevereiro de 2023, totalizando 180 respostas válidas do formulário para visitantes e 22 respostas para os barqueiros.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O levantamento bibliográfico identificou a escassez de pesquisas científicas e manuais sobre que abordassem metodologias de monitoramento participativo do TBC



em UC. Foi possível o desenvolvimento e aplicação de metodologia para monitoramento participativo de práticas segundo os princípios do TBC, a partir do cruzamento de metodologias de monitoramento participativo da conservação (ICMBio, 2018; IPÊ, 2019; ICMBio, 2019) e sobre monitoramento da visitação (Kataoka, 2004; Fernandes Neto, 2005; SMA, 2010; ICMBio, 2011; Costa et. al., 2019; Garda et. al. 2020).

Assim, como resultado da elaboração e definição de indicadores, foram realizadas oficinas para estruturação de dois formulários, dirigidos a (i) visitantes e (ii) a condutores de embarcação. O primeiro buscou registrar o perfil socioeconômico, características da visita e avaliação dos serviços e da experiência. O segundo, coletou dados técnicos do serviço e aspectos ambientais e culturais da experiência.

Foi possível delinear o perfil do visitante, as características da visita, e a avaliação da experiência com turismo de base comunitária na APA Guapi-Mirim. Com relação ao perfil do visitante, os resultados indicam que a maioria dos visitantes são jovens (55,5%) moradores da capital do Rio de Janeiro (70%) que visitam a APA pela primeira vez (86,7%, Figura 2) com o objetivo de conhecer os manguezais (55,6%) e ter uma experiência de TBC (20%), a partir de atividades educativas e científicas (66%), de apenas um dia (78,9%).

Figura 2. Visitantes da APA de GuapiMirim em (%)



Elaboração própria (2023)

As características da visita e do perfil do visitante delineiam o segmento turismo pedagógico, que se consolidou com as primeiras iniciativas realizadas pela Cooperativa Manguezal Fluminense a partir de 2010. Mas é importante ressaltar que, embora em menor índice, verifica-se que os indicadores de motivação para a visita relativas a ter uma experiência de TBC (20,6%) e a praticar atividades de lazer e recreação em contato com a natureza (5,6%) podem ganhar relevância se forem valorizadas no planejamento de roteiros pela Rede Nós da Guanabara<sup>7</sup>.

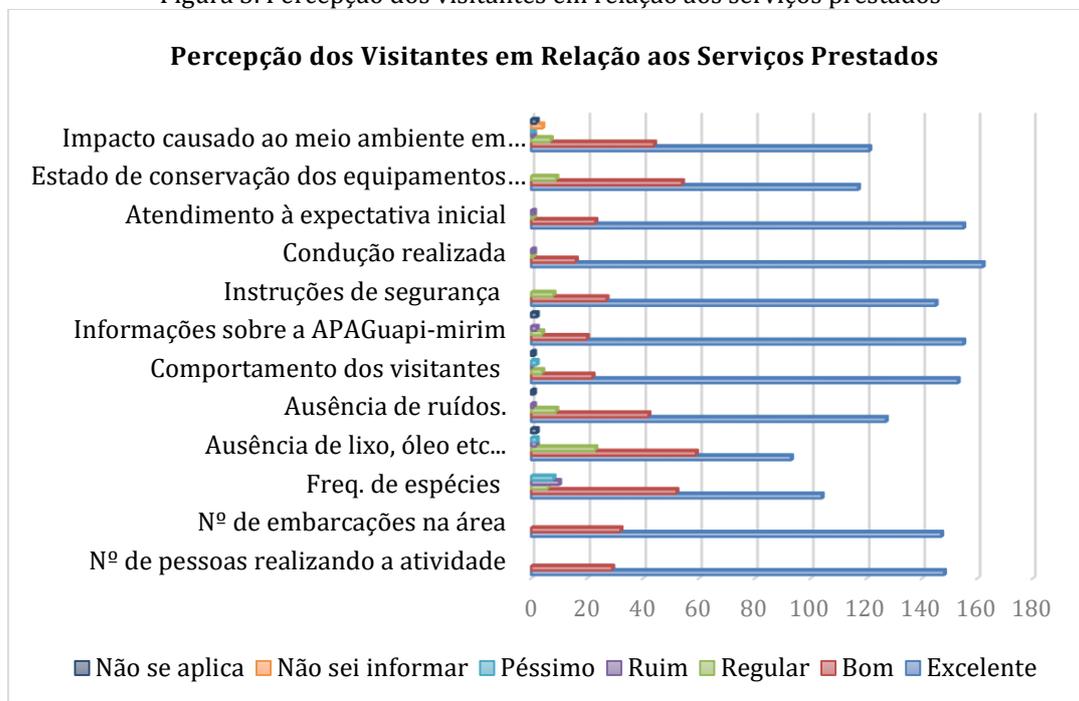
A partir da avaliação do visitante, foi possível coletar dados sobre a qualidade da experiência e satisfação do visitante, que define como excelente em vários indicadores

<sup>7</sup> Dentre outros indicadores de motivações como praticar esportes em contato com a natureza; conhecer a cultura e os costumes locais; aprender e pesquisar sobre manguezais; passar tempo com amigos/família; fugir da rotina/estresse; participar de evento.



estudados<sup>8</sup>, com destaque para serviços de condução de visitantes (Excelente = 90%) e estado de conservação do ambiente natural (Excelente = 51,66%), conforme Figura 3, a seguir.

Figura 3. Percepção dos visitantes em relação aos serviços prestados



Elaboração própria (2023)

Assim, a oportunidade de contemplar a paisagem singular, nessa perspectiva, da Baía de Guanabara, associada à interpretação ambiental torna-se um diferencial na experiência turística. Nessa interação com o visitante, é importante que o/a condutor/a ofereça uma oportunidade de reflexão crítica sobre a conservação da biodiversidade e valorização das práticas culturais associadas à pesca artesanal na região, enriquecendo a experiência e engajando pessoas na agenda da conservação socioambiental.

Além disto, os visitantes puderam tecer comentários livres sobre a experiência. Dessa forma, optou-se pela ferramenta “nuvem de palavra” para sintetizar e hierarquizar palavras que expressam a experiência. Dessa forma, verifica-se que a visita é positiva e que pode influenciar a formação de pensamento ecológico responsável (Figura 4).

<sup>8</sup> Os outros indicadores são: número de pessoas utilizando o serviço; número de embarcações na área; frequência de encontro com espécies; ausência de lixo, óleo de outros poluentes; ausência de ruídos; comportamento dos visitantes durante a visita; informações recebidas sobre a APA Guapi-Mirim; instruções de segurança recebidas; condução realizada; atendimento à expectativa inicial; estado de conservação dos equipamentos; impacto causado ao meio ambiente.



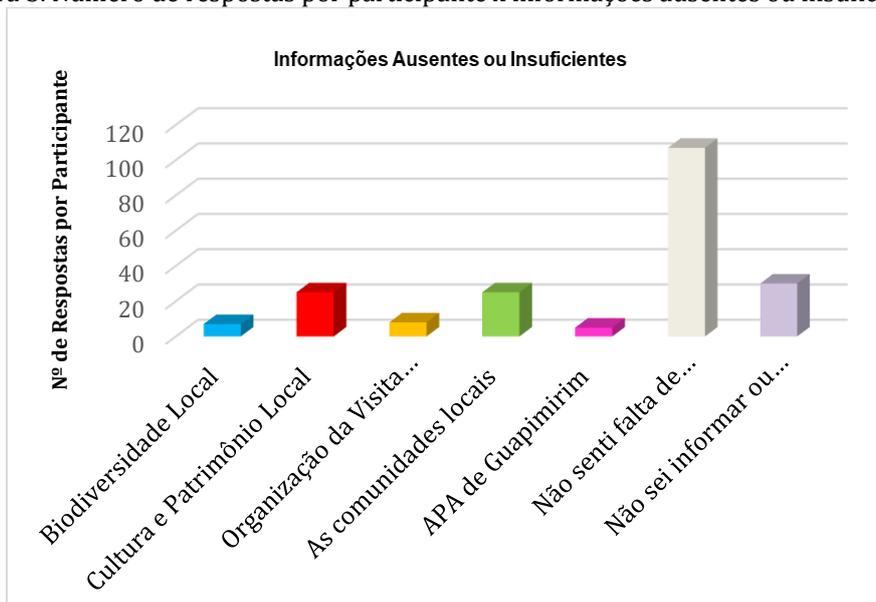
Figura 4. Palavra-chave que resume a experiência do visitante



Elaboração própria (2023)

Embora a maioria tenha avaliado a condução como excelente e que não sentiu falta de nenhuma informação, foi identificado, em menor grau, que as narrativas dos condutores de visitantes que realizam os passeios embarcados poderiam melhorar, oferecendo mais informações sobre as comunidades e práticas culturais locais, conforme Figura 5, a seguir.

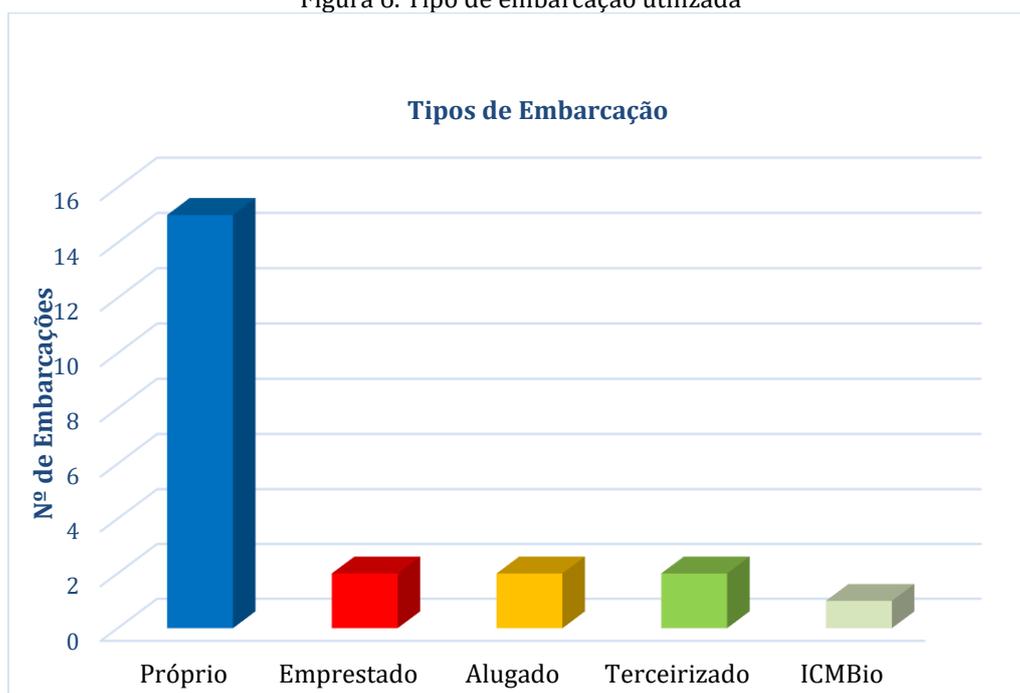
Figura 5. Número de respostas por participante x informações ausentes ou insuficientes



Elaboração própria (2023)

Com relação ao formulário aplicado aos condutores, verifica-se que os passeios realizados têm como características o uso de embarcação própria (68,2%, Figura 6), em visitas pela manhã (68,2%) ou à tarde (31,8%). Nas entrevistas, foi apontada a necessidade de investimentos para aquisição de embarcações maiores e mais seguras.

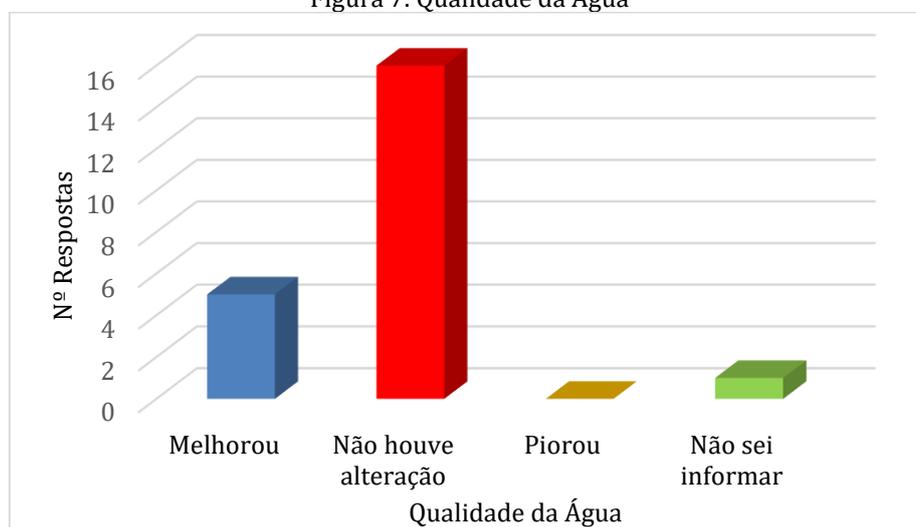
Figura 6. Tipo de embarcação utilizada



Elaboração própria (2023)

Nos passeios foi possível avistar variedade de fauna. O avistamento do boto ocorreu em 22,7% das visitas<sup>9</sup>. Não foi percebida alteração na qualidade da água (Figura 7) desde a última visita e, em 22% até melhorou; e não foram avistados incidência significativa de poluentes.

Figura 7. Qualidade da Água



Elaboração própria (2023)

A pesquisa pode contribuir para: (a) definição de estratégias de comercialização da Rede Nós da Guanabara, com apontamento de que é preciso valorizar aspectos relacionados às práticas culturais de residentes locais e comunidades tradicionais; (b)

<sup>9</sup> É importante destacar que nem todas as visitas realizadas tiveram o objetivo de avistar o boto, por isso, a baixa incidência.



gestão do uso público da APA Guapi-Mirim, sobretudo para a continuidade e ampliação da agenda de parcerias público-comunitárias para apoiar a visitação orientada pelos princípios do TBC, visto que o trabalho dos condutores são formalizados por meio de autorização.

O aspecto mais relevante detectado no decorrer da pesquisa foi o engajamento da comunidade para o desenvolvimento da metodologia, de forma participativa. Mesmo com a pandemia, o grupo em questão esteve mobilizado e o projeto serviu de referência para a retomada dos diálogos e trocas entre os sujeitos locais.

A participação dos membros da Rede Nós da Guanabara na construção do monitoramento do TBC na APA Guapi-Mirim trouxe ensinamentos sobre indicadores relevantes, segundo os princípios e características do TBC, visto que detém o domínio sobre as práticas de condução de visitantes em passeios embarcados; produtos artesanais e da culinária local.

Como desdobramentos da pesquisa, novos projetos foram captados com linhas de apoio e outros parceiros que adentram o território. Assim, o ensino em ampliar para outros assuntos a oportunidade de formação sobre TBC na Baía de Guanabara demonstra não somente que existe uma demanda local sobre o tema, mas também que é necessária atenção em outras políticas públicas, como saneamento básico, segurança pública e acessos, historicamente negligenciados pelos diferentes governos, mas que são condições inerentes para a consolidação do TBC na região. Além disso, a criação de novos roteiros turísticos na APA Guapi-Mirim, como trilha suspensa ao manguezal e sinalização aquática indicativa, que têm sido implementadas pelo ICMBio com apoio de parceiros, ampliam as possibilidades de geração de renda e troca de aprendizados entre visitantes e comunidades locais e tradicionais, contribuindo para o engajamento na defesa da conservação de manguezais e da diversidade cultural nesta região da Baía de Guanabara. Assim, a frente de trabalho do projeto visando o monitoramento das práticas segundo princípios de TBC constituem importantes ações que desaguam na direção dos objetivos da UC APA Guapi-Mirim.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas segundo princípios de TBC na APA Guapi-Mirim são organizadas por cooperativas e comunidades locais, que buscam a atuação em colaborativa a partir da formação da Rede Nós da Guanabara, com o apoio do ICMBio. Visam promover a conservação de manguezais, incentivar à cultura e buscam a geração de renda, em um contexto socioeconômico desafiador. Diversas ações têm sido realizadas, com apoio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e de outras instituições, a fim de fortalecer esta agenda na região do Recôncavo da Baía de Guanabara.

O monitoramento participativo do TBC com foco no serviço de condução embarcada, no contexto da APA Guapi-Mirim, constituiu um processo de retomada das atividades turísticas e, também, dos diálogos para continuidade e consolidação da Rede Nós da Guanabara.

A metodologia participativa possibilitou a realização de atividades de aprendizado e construção colaborativa em oficinas. A partir da estruturação de formulários e sua sistemática aplicação com visitantes, foi possível mapear, por meio de indicadores, o perfil e a opinião do visitante e suas impressões sobre os serviços; bem



como a percepção dos condutores de visitantes sobre os aspectos ambiental, econômico e cultural da experiência.

Os resultados da pesquisa de monitoramento da visitação embarcada indicam que a experiência nos manguezais da Baía de Guanabara contribui para a formação de um pensamento ecológico, sobretudo de estudantes e professores, e têm potencial para envolver outros serviços, como alimentação, condução em trilhas, observação de aves, hospedagem, artesanato e atividades culturais. Mas ainda é necessário investimento em embarcações maiores e seguras e criação de roteiros com trilha suspensa e sinalização aquática indicativa. Além disso, é fundamental a realização de investimentos em infraestrutura de acesso, saneamento básico e segurança pública, o que cabe aos governos municipais e estadual.

Dois principais contingências influenciaram o projeto. A equipe e comunidade local teve esquema vacinal completo apenas em outubro de 2021, quando o projeto já havia sido iniciado. As atividades – reuniões de acompanhamento dos bolsistas e oficinas – ocorreram de modo remoto, com muitas dificuldades entre os participantes de estabilidade no sinal de internet. Na retomada das atividades, há, ainda, baixo fluxo de visitantes, se comparado aos anos anteriores, segundo entrevistas realizadas, como reflexos da pandemia. Além disso, os condutores tiveram barco quebrado e receita inexistente para a realização do conserto e condições climáticas desfavoráveis à realização de passeios.

Recomenda-se a continuidade da pesquisa de monitoramento da visitação e das colaborações das universidades envolvidas, visando o fortalecimento do TBC na APA Guapi-Mirim e a consolidação da Rede Nós da Guanabara.

## REFERÊNCIAS

Acosta, A. (2016). *O bem viver: Uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária, Editora Elefante.

Amador, E. S. (1997). *Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: Homem e Natureza*. Rio de Janeiro: [s.n.].

Bartholo, R., Sansolo, D. G., & Bursztyn, I. (2009). Sobre o sentido da proximidade: Implicações para um turismo situado de base comunitária. In R. Bartholo, D. G. Sansolo, & I. Bursztyn (Eds.), *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 25–40). Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem.

Bartholo, R., Sansolo, D. G., & Bursztyn, I. (Eds.). (2009). *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem.

Botelho, E. S. (2018). *Visitação e turismo em parques nacionais: O caso do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (RJ)* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. Recuperado de <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/12175/1/EloiseSilveiraBotelho.pdf>

Botelho, E. S., & Dutra, A. (2021). *Fortalecimento do turismo de base comunitária no Quilombo do Feital (Área de Proteção Ambiental Guapi-Mirim)*. 1 ed. Online: SAPIS.



Botelho, E. S., & Rodrigues, C. G. O. (2016). Inserção das iniciativas de base comunitária no desenvolvimento do turismo em parques nacionais. *Caderno Virtual de Turismo*, 16(2), 280–295.

Bursztyn, I., & Bartholo, R. (2012). O processo de comercialização do turismo de base comunitária no Brasil: Desafios, potencialidades e perspectivas. *Sustentabilidade em Debate*, 3(1), 97–116.

Bursztyn, I., & Sansolo, D. G. (2010, julho). Cenário para o desenvolvimento do turismo de base comunitária no Brasil. In *Anais do IV Congresso Latino-Americano de Investigación Turística* (CD-ROM), Montevideu, Uruguai.

Camargo, D. R. (2017). *Lendas, rezas e garrafadas: Educação ambiental de base comunitária e os saberes locais no Vale do Jequitinhonha* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

Cañada, E. (2016). Implicaciones socioambientales de la construcción del espacio turístico. *Ecología Política: Cuadernos de Debate Internacional*, 52, 62–68.

Chagas de Almeida, T., & Luiz Emmendoerfer, M. (2022). Turismo de base comunitária e desenvolvimento local sustentável: Conexões e reflexões. *Revista de Turismo Contemporâneo*, 11(1), 1–20. Recuperado de <https://doi.org/10.21680/2357-8211.2023v11n1ID29163>

Corbari, S. D., De Azevedo, N. T., & Cioce Sampaio, C. A. (2021). La emergencia de la ecología política del turismo: Una alternativa de análisis teórico-crítico. *PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 19(2), 393–394. Recuperado de <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2021.19.025>

Costa, D. C., Marchand, G. A. E. L., & Pereira, H. S. (2019). Monitoramento participativo da biodiversidade em sistemas de unidades de conservação: O caso do PROBUC no estado do Amazonas. *Amazônica: Revista de Antropologia*, 11(1), 219–232.

Costa, M. A., Moraes, C., Botelho, E., Abreu, L., Fogaça, I., Trentin, F., Lima, M., Soares, C. A., Queirós, J., & Elicher, M. J. (2021). Rio de Janeiro: Cenário turístico carioca em tempos de pandemia. *Revista GeoUERJ*, (39), e61340.

Dangi, T. B., & Petrick, J. F. (2021). Augmenting the role of tourism governance in addressing destination justice, ethics, and equity for sustainable community-based tourism. *Tourism and Hospitality*, 2(1), 15–42. Recuperado de <https://doi.org/10.3390/tourhosp2010002>

Diegues, A. C. (2004). *O mito moderno da natureza intocada*. 4 ed. São Paulo, SP: Hucitec, NUPAUB/Universidade de São Paulo.

Diegues, G. C. (2013). O controle social e participação nas políticas públicas: O caso dos conselhos gestores municipais. *Revista Nau Social*, 4(6), 82–99.



Fabrino, N. H. (2013). *Turismo de base comunitária: Dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, DF.

Fernandes Neto, J. A. S. (2005). *Indicadores de qualidade da experiência do visitante no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: Contribuições ao manejo do uso público em unidades de conservação* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

Fukuda, J. C., & Santana, A. P. (2015). Oficinas ambientais da Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim e da Estação Ecológica da Guanabara (RJ): Atraindo a comunidade às unidades de conservação através de capacitações. In *Anais do Uso Público em Unidades de Conservação* (pp. 25–36), Rio de Janeiro, RJ.

Fukuda, J. C., Botelho, E. S., Bendelak, O. J. S., & Rodrigues, C. G. O. (2019). Fortalecimento do turismo de base comunitária na Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim, Baía de Guanabara, Brasil. In *III Congresso de Areas Protegidas de Latinoamérica e el Caribe: Informe técnico III CAPLAC*. Lima, Peru. Recuperado de <https://www.areasprotegidas-latinoamerica.org/documentos-finales/>

Garda, A. B., Moreira, J., Burns, R., & Souza, T. V. S. B. (2020). *Manual de métodos para monitoramento do número de visitas em unidades de conservação federais*. 1. ed. ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Higgins-Desbiolles, F. (2020). Socialising tourism for social and ecological justice after COVID-19. *Tourism Geographies*, 22, 610–623. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/14616688.2020.1757748>

ICMBio. (2004). *Plano de manejo da Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim*. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Recuperado de [https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/apa-de-guapi-mirim/arquivos/apa\\_guapi\\_mirim.pdf](https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/apa-de-guapi-mirim/arquivos/apa_guapi_mirim.pdf)

ICMBio. (2011). *Roteiro metodológico para manejo de impactos da visitação, com enfoque na experiência do visitante e na proteção dos recursos naturais e culturais*. Brasília, DF: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Recuperado de [http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/roteiro\\_impacto.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/roteiro_impacto.pdf)

ICMBio. (2018). *Jovens protagonistas: Descrição da implementação em unidades de conservação com manguezal*. Brasília, DF: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

ICMBio. (2019). *Turismo de base comunitária em unidades de conservação federais: Cadernos de experiência* (1ª ed.). Brasília, DF: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.



Instituto Linha D'água. (2018). *Os arranjos locais para o uso público em áreas protegidas costeiras e marinhas: Diagnóstico e perspectivas*. Souza, F. A. Z., Silva Júnior, J. A. da, & Sansolo, D. G. (Orgs.). São Paulo, SP: Instituto Linha D'Água / Raiz Assessoria Socioambiental. Recuperado de [https://www.linhadagua.org.br/\\_files/ugd/afc821\\_de8909f414e64786a7c6891647ed07a4.pdf](https://www.linhadagua.org.br/_files/ugd/afc821_de8909f414e64786a7c6891647ed07a4.pdf)

Ipê, Instituto de Pesquisas Ecológicas. (2019). *Monitoramento participativo da biodiversidade: Aprendizados em evolução*. In Cristina F. Tófoli, Pollyana Figueira de Lemos, Rafael Morais Chiaravalloti, & Fabiana Prado (Orgs.). 2. ed. São Paulo, SP: IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas / Memnon.

Irving, M. A., & Mendonça, T. C. M. (2004). Turismo de base comunitária: A participação como prática de desenvolvimento de projetos turísticos no Brasil - Praia do Canto Verde Beberibe (CE). *Caderno Virtual de Turismo*, 4(4), 12-22. Recuperado de <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/66/61>

Irving, M. de A. (2009). Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: Inovar é possível? In R. Bartholo, D. G. Sansolo, & I. Bursztyn (Orgs.), *Turismo de Base Comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 108–121). Rio de Janeiro, RJ: Letra e Imagem.

IVUMC, Interagency Visitor Use Management Council. (2019). *Visitor capacity guidebook: Managing the amounts and types of visitor use to achieve desired conditions*. Lakewood, CO. Recuperado de <https://visitorusemanagement.nps.gov/VUM/Framework>

Jesus, V. (2020). Racializando o olhar (sociológico) sobre a saúde ambiental em saneamento da população negra: Um continuum colonial chamado racismo ambiental. *Saúde e Sociedade*, 29(2), e180519.

Julião, D. P. (2008). *Turismo e governança ambiental: Reflexões em torno do plano de manejo e da visitação pública na APA de Guapimirim, RJ* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

Kataoka, S. Y. (2004). *Indicadores da qualidade da experiência do visitante no Parque Estadual da Ilha Anchieta* (Dissertação de Mestrado). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP.

Leung, Y. F., Spenceley, A., Hvenegaard, G., & Buckley, R. (2018). *Tourism and visitor management in protected areas: Guidelines for sustainability*. Gland, Switzerland: IUCN.

Lima, R. P. (2011). *Turismo de base comunitária como inovação social* (Tese de Doutorado). Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação em Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

Maldonado-Erazo, C. P., Del Río-Rama, M. D. L. C., Noboa-Viñan, P., & Álvarez-García, J. (2020). Community-based tourism in Ecuador: Community ventures of the provincial



and cantonal networks. *Sustainability*, 12(6256). Recuperado de <https://doi.org/10.3390/su12156256>

Moraes, E. A. de, Guerra, M. F., Mendonça, T. C. de M., & Fenerich, G. N. (2024). Turismo de base comunitária em unidades de conservação de uso sustentável no Brasil: Para pensar práticas de gestão. *Turismo, Visão e Ação*, 26, e19133. Recuperado de <https://www.each.usp.br/turismo/publicacoesdeturismo/ref.php?id=17326>

Mtapuri, O. (2022). The adoption of community-based tourism in the proximity of protected areas: Implications for policy and practice. In S. Stone, M. T. Stone, P. K. Mogomotsi, & G. E. J. Mogomotsi (Eds.), *Protected areas conservation and tourism development practices in southern Africa: Implications for sustainability* (pp. 205–218). Routledge. Recuperado de <https://doi.org/10.4324/9781003193166>

Mtapuri, O., & Giampiccoli, A. (2016). Towards a comprehensive model of community-based tourism development. *South African Geographical Journal*, 98(1), 154–168.

Naser Shafieisabet, S., & Haratifard, S. (2020). The empowerment of local tourism stakeholders and their perceived environmental effects for participation in sustainable development of tourism. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 45, 486–498. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.jhtm.2020.10.007>

Prioste, F. (2023). STF impede que São Paulo conceda territórios tradicionais à iniciativa privada. *ISA*. Recuperado de <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/stf-impede-que-sao-paulo-conceda-territorios-tradicionais-iniciativa>

Quintas, J. S. (2004). Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In P. P. Layrargues (Ed.), *Identidades da educação ambiental brasileira* (pp. 113–140). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental.

Sampaio, C. A. C. (2005). *Turismo como fenômeno humano: Princípios para se pensar a socioeconomia e sua prática sob a denominação turismo comunitário*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC.

Sanchez, C., Salgado, S. D. C., & Oliveira, S. T. (2020). Aportes da ecologia política para a construção de uma educação ambiental de base comunitária no contexto latino-americano: Narrando a experiência de um curso de extensão universitária. *Ambiente & Educação – Revista de Educação Ambiental*, 25(1), 131-161. Recuperado de <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/11158>

Sansolo, D., & Bursztyn, I. (2009). Turismo de base comunitária: Potencialidade no espaço rural brasileiro. In R. Barthol, D. G. Sansolo, & I. Bursztyn (Orgs.), *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 142–161). Rio de Janeiro: Letra e Imagem.



Schumacher, L., & Rodrigues, C. (2020). Turismo de base comunitária na Área de Proteção Ambiental Guapi-Mirim: Uma proposta de guia de campo para a interpretação ambiental. *Caderno Virtual de Turismo*, 20(3),

Seabra, L. (2003). Monitoramento participativo do turismo desejável: Uma proposta metodológica preliminar. In A. Marinho & H. Bruhns (Orgs.), *Turismo, lazer e natureza* (pp. 107–121). Barueri: Manole.

Silva, F. P. S., Matta, A. E. R., & Coimbra de Sá, N. (2016). Turismo de base comunitária no Antigo Quilombo Cabula. *Caderno Virtual de Turismo*, 16(2), 79–92. Recuperado de <https://doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1149>

Silva, J. V. C. da. (2016). *Sociedades de água do morro da Formiga: Subsídios para educação ambiental de base comunitária e ecologia de saberes em favela carioca* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.

SMA, Secretaria do Meio Ambiente. (2010). *Manual de monitoramento e gestão dos impactos da visitação em unidades de conservação*. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente. Recuperado de <http://arquivo.ambiente.sp.gov.br/publicacoes/2016/12/manualdeamonitoramentoa egestoadosaimpactosadaavi.pdf>

Souza, T. V. S. B., & Simões, H. B. (2019). *Contribuições do turismo em unidades de conservação federais para a economia brasileira - Efeitos dos gastos dos visitantes em 2018*: Sumário executivo. ICMBio.

Vasconcelos, E. M. (2002). *Complexidade e pesquisa interdisciplinar: Epistemologia e metodologia operativa*. Rio de Janeiro: Vozes.

Wani, M. D., Batool, N., Dada, Z. A., & Shah, S. A. (2023). Investigating the impact of community-based tourism on the residents' quality of life and their support for tourism. *Community Development*, 55(1), 138–159. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/15575330.2023.2272271>

Zaoual, H. (2006). *Nova economia das iniciativas sociais locais: Uma introdução ao pensamento pós-global*. Rio de Janeiro: DP&A, COPPE/UFRJ.

## Cronologia do Processo Editorial

*Editorial Process Chronology*

Recebido em: 24/02/2025

Aprovado em: 07/04/2025

Received in: February 24, 2025

Approved in: April 07, 2025